

Dívida interna será menor este ano

JORNAL DO BRASIL

21 JAN 1993

CEZAR FACCIOLI

O crescimento recorde do estoque da dívida mobiliária da União fora do Banco Central (BC), que no ano passado chegou a 178,06% acima do IGP da Fundação Getúlio Vargas (FGV), se deveu a fatores que não devem se repetir este ano, a devolução dos cruzados novos bloqueados e um aumento das reservas cambiais em mais do que o dobro, de US\$ 8 bilhões para US\$ 12 bilhões. Esta é a avaliação majoritária entre os economistas do Rio, incluindo alguns com passagem pelo BC.

As medidas já tomadas pelo BC de dificultar o ingresso de recursos

externos de curto prazo, ampliando para dois anos e meio o período mínimo para envio de juros ao exterior sem tributação adicional, e o aumento dos pagamentos da dívida externa de 30% para 50% dos juros vencidos, tornam improvável a repetição este ano do fenômeno, para o ex-diretor da Dívida Pública do BC Carlos Thadeu de Freitas Gomes. Ele acredita que existe espaço para a retomada da captação de recursos no exterior, mas avalia que a colocação de eurobônus pelas empresas brasileiras não será imediata, pois terá de esperar o desfecho das negociações da dívida externa.

Outro ex-ocupante do mesmo cargo, José Luiz Miranda, hoje no Banco Interatlântico, ressalva que um dos fatores responsáveis pela expansão da dívida mobiliária interna, o superávit comercial, deverá permanecer. "O que aliás é saudável, pois o país tem compromissos externos crescentes a saldar", argumenta. De qualquer forma, o superávit — diferença favorável entre exportações e importações — obriga a emissão de títulos públicos, para evitar um descontrole na oferta de moeda. O custo do endividamento, o preço pago pelo governo para que os investidores e empresas

aceitem tomar seus papéis e financiá-lo, aumenta em proporção semelhante.

A análise não é consensual, entretanto. Ex-diretor técnico do IBGE e hoje economista do Banco Marka, Francisco de Assis Moura de Melo, considera até confortáveis os níveis atuais da dívida mobiliária, de cerca de US\$ 40 bilhões, pouco mais de 10% do PIB. O patamar atual permitira até, se fosse o caso, um novo aumento da dívida interna, embora seja difícil sua repetição nas mesmas proporções.